

Director, Proprietário e Editor
Monsenhor PEREIRA DOS REIS

Redacção e Administração: Secretaria
riado Nacional do Monumento — Rua
dos Douradores, 57 — LISBOA

Composto e impresso na Tipografia
das Oficinas de S. José — Travessa
dos Prazeres, 34 — LISBOA

COM A APROVAÇÃO
DA AUTORIDADE
ECLESIASTICA

MONUMENTO

ÓRGÃO DA PROPAGANDA DO MONUMENTO NACIONAL A CRISTO REI

E AGORA? — Começaram finalmente, com a entrada de Fevereiro, as obras das fundações do Monumento de Cristo Rei.

Grande e difícil caminhada houvemos de fazer até chegar a este princípio de realização definitiva de tamanha empresa, tão gloriosa para Deus como proveitosa para Portugal.

Louvemos ao Senhor que nos consola em todas as nossas tribulações, como diz o Apóstolo S. Paulo.

E agora? Agora é não parar. Agora é correr, voar, para ir recuperando, em movimento acelerado, o tempo imenso que se perdeu na expectativa do termo da guerra e no receio de incompreensões adversas e na hesitação de quem não vê claro o caminho certo do êxito e no temor, ofensivo para a Providência, de que, avançando nós, faltasse ao sustento e vida de outras obras o que esta do Monumento para si demandasse.

♦ ♦ ♦

A guerra já lá vai há sete anos. A disposição das almas é excelente. De todos os lados perguntam pelo Monumento. E se perguntam é porque o desejam. E se o desejam é porque estão prontos a contribuir para que ele se erga. Sim, o bom povo português, amante apaixonado do Sacratíssimo Coração de Jesus e da glória divina e da elevação sobrenatural da sua Pátria, não costuma perguntar, para as coisas de Deus, «quanto é?». Não háia nestes assuntos ao regateio das compras de ordem material. E assim demonstra que é do sangue daquela gente nobilíssima que à custa da própria vida e no desprezo de todo o interesse material fundou a sua nação para Reino de Cristo e Terra de Santa Maria.

Em numerosos e frequentes rasgos, tantas vezes heróicos, anda a nossa gente a paten-tear quanto é sem limites a sua generosidade, filha de uma invulgar bondade ingênita e da grandeza do seu tradicional amor a Nosso Senhor Jesus Cristo e a Sua Mãe Santíssima, nossa celestial Padroeira.

Nessas entranhas de coração bondoso e devoto está o segredo desse espantoso milagre de um povo pobre, como o nosso é, manter à sua custa todas as precisões da Igreja despojada e valer à miséria quotidiana de uma multidão inumerável de necessitados que lhe batem à porta ou dele esperam o pão em mil instituições de caridade e beneficência. E para isto, quanta vez tem de o tirar a si para lho dar a eles e à Igreja!

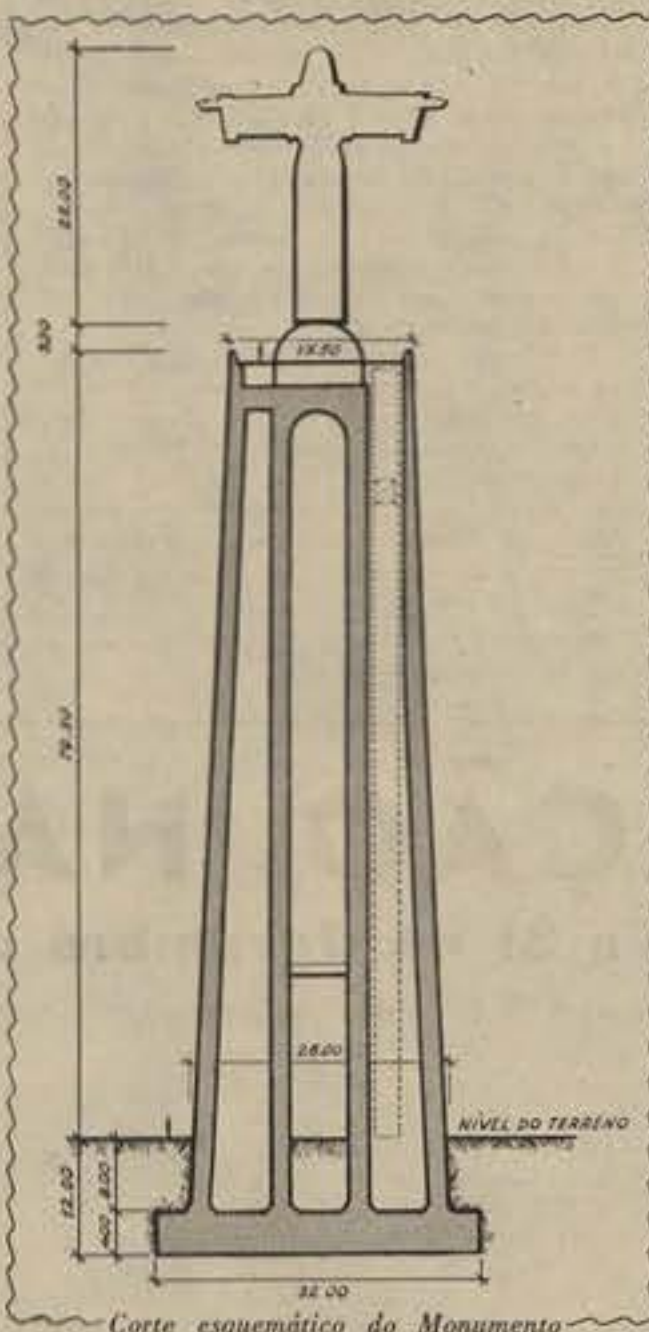
Grande povo o nosso que, tendo-se feito nação e império a verter o sangue e a dar a vida em terra e no mar pela Realza do Divino Salvador do Mundo, conserva, de seu natural e de bênção especialíssima do Céu, a riqueza incomparável de não ser capaz de chorar o que dá, nem saber reprimir o instinto de se dar.

E por isso comete pecado de injúria contra a nossa gente quem a julga incapaz de, à custa própria, levantar o Monumento Nacional ao Sacratíssimo Coração de Jesus. Não tem faltado, infelizmente, quem possa e deva ser acusado deste pecado contra a honra e a formosura do coração de Portugal. Estamos certos de que ele lhes não perdoará o agravo e há-de tirar desforra altisonante, pondo ao alto por todo o ano de 1954 a esttua grandiosa e o Monumento colossal de Cristo Rei, na Outra Banda.

O CONCURSO E O PREÇO — As obras dos alicerces foram adjudicadas em Janeiro à firma «OPCA», sociedade de engenheiros especializados em cimento armado.

Sob a direcção do dedicadíssimo benemérito do Monumento, o ilustre engenheiro Sr. D. Francisco de Melo e Castro (Galveias),

* Começaram as Obras *



Corte esquemático do Monumento

organizou-se um concurso entre cinco das principais empresas capazes de realizarem uma obra como é esta, de volume nunca atingido entre nós. A «OPCA» apresentou propostas que lhe deram direito a ser preferida. Por dever de consciência e por expressa determinação superior, a adjudicação tinha de ser feita assim, em obediência à justiça. Sob o ponto de vista da consideração profissional, todas as empresas foram postas no mesmo pé de igualdade.

No contrato com a «OPCA» esta empresa, visto tratar-se não de uma obra lucrativa mas de um Voto da Nação para o qual é dever contribuirmos todos — os que o pagam e os que o realizam — aceitou restrições que fazem reverter em benefício do Monumento algumas percentagens que poderiam advir-lhe a ela.

Apesar destes sacrifícios, a empreitada custará, números redondos, três mil contos.

MIL CONTOS. FALTAM PARA JÁ MIL CONTOS! — A Subscrição Nacional pouco excede ainda essa quantia; mas, como as despesas feitas com a compra do terreno, sondagens, estudos da engenharia, maquetes do escultor e quinze anos de propaganda em jornal, pagelas, estampas, cartazes, expediente, etc., ultrapassam já os novecentos contos, deduzindo estes daquele total de três mil, segue-se que não temos actualmente mais de dois mil contos para pagar os alicerces. FALTAM, POIS, OUTROS MIL.

Ora a empreitada das fundações estará concluída em Outubro. Portanto é necessário que nessa altura possamos entregar a última prestação à empresa construtora e que estejamos habilitados a fazer frente à empreitada seguinte que é a dos arcos triunfais.

Estes, na altura de 82 metros, serão o pedestal em que a imagem de Cristo Rei se dará a ver ao longe e ao largo, em corpo inteiro, sem perigo de interceptação.

♦ ♦ ♦

Esta obra não pode parar. Os atrasos causam agravamento de despesas, com o aumento do tempo de propagação e do preço dos materiais que tende sempre a subir. Nem é decoroso para a nação e seus dirigentes um novo compasso de espera, depois de 15 anos de promessas.

O REMÉDIO ESTÁ À MÃO — Que fazer então, para ser reunidos por todo este ano de 1952 uns três ou quatro mil contos? — Organizar quanto antes as Comissões Diocesanas e paroquiais ou interparoquiais, em toda a nação.

Dissemos ao mundo, vai com dezasseis anos desde 1936 a 1939, que íamos levantar este Monumento de louvor e reconhecimento ao Sacratíssimo Coração de Jesus e de reparação pela guerra do Comunismo contra a sua Realza universal de amor. Depois, em 20 de Abril de 1940, dissemos ao Céu, ao próprio

Deus, em prece aflitiva de hora angustiosa, que jurávamos erguer este Monumento se o Senhor nos salvasse da guerra.

Ele salvou-nos, enriqueceu-nos, engrandeceu-nos. E Ele manda que as promessas se cumpram, como é de justiça, mas sem demoras, como é de amor e gratidão.

Lisboa, Coimbra, Portalegre e Guarda, têm já as suas Comissões Diocesanas ao menos a secção feminina, organizadas, e as duas primeiras em actividade.

Surjam agora, para glória de Deus, alento e edificação dos dirigentes e devotos do Divino Coração, as Comissões das outras Dioceses esperadas há tanto tempo e com tão grande ansiedade!

Senhores, que tendes na família, nas paróquias, nas instituições, na sociedade e nas organizações católicas de piedade e de zelo ou simplesmente patrióticas, do território da nação, a responsabilidade da direcção do povo português: está nas vossas mãos a sua honra porque de vós principalmente depende, em generosa cooperação com a Hierarquia, anunciar a Portugal inteiro o início das Obras do Monumento e fazer-lhe sentir a necessidade e urgência de contribuir todos, absolutamente todos, para a rápida e feliz execução deste compromisso, tomado tão solenemente, perante Deus e perante o mundo, pelos nossos Venerandos Prelados em nome das suas Dioceses e por conseguinte, em nome da nação inteira.

VIVA CRISTO REI!

VAMOS ERGUÊ-LO

A VISITA DOS JORNALISTAS — Começadas as obras do Monumento, era dever nosso fazer que esta auspiciosa nova chegasse depressa a todos os recantos de Portugal de aquém e além-mar. Daí o convite à imprensa diária de Lisboa e Porto e Emissoras da capital para uma visita ao local, na tarde do dia 3 de Abril.

Estiveram presentes os representantes de «A Voz», «Novidades», «Diário da Manhã», «Diário de Notícias», «O Século», «Diário Popular», e «Comércio do Porto». Os que não puderam comparecer, anunciaram a visita, e os que compareceram, em relatos mais ou menos largos, dela fizeram menção.

Para todos, bem como para as emissoras de Lisboa, o nosso agradecimento muito sincero e muito vivo.

Dignaram-se presidir a esta visita o Senhor Arcebispo de Milene e o Ex.^{ma} Vice-Presidente em exercício, da Câmara Municipal de Almada, Sr. Tenente Coronel Adriano Dore.

No alto da Quinta de Arealva ou do Pau da Bandeira reuniram-se com os visitantes, por parte da obra do Monumento os engenheiros Srs. D. Francisco de Melo e Castro e Temudo Barata e o arquitecto Sr. António Lino, e por parte da empresa construtora o Sr. Eng. Godinho Cruz e os engenheiros seus colaboradores. Destes ilustres técnicos ouviram a explicação do que ia ser esta obra magnífica.

Os alicerces terão doze metros de profundidade por trinta e dois de largo na base e vinte e cinco na superfície.

Dezenas de operários, com picaretas e também escavadoras automáticas, laboravam na faina de abrir a grande cava onde mil e quinhentas toneladas de cimento, travadas em ferro, constituirão o fundo de solidez que garantirá ao Monumento resistência invencível contra os vendavais e os tremores de terra.

Os quatro arcos magníficos do pedestal, arrancarão do subsolo na profundidade de oito metros, erguendo-se desde a superfície do alicerce até à altura de 82 metros.

Sem estas extraordinárias dimensões, a imagem do Sagrado Coração de Jesus não poderia ser vista de toda a parte em corpo inteiro, como se roquer, de dia, à luz do sol, e de noite à de potentes projectores.

Jesus quer a sua imagem para se dar a ver e ser visto de maneira impressionante por todos os homens, para os atrair ao seu amor e assim pôr no caminho da salvação.

Dois ascensores levarão os peregrinos à plataforma superior no cimo dos arcos, donde se disfrutará um panorama deslumbrante e vastíssimo de rio, terra e mar.

A urbanização enquadra no seu plano o Monumento, tendo tudo disposto para lhe dar o relevo que merece, o defender e lhe facilitar o acesso, com beleza para o local e para o conjunto das condições de aformoseamento da Outra Banda.

Os técnicos da engenharia e da arte sentem-se encantados na visão estética da obra de que estão encarregados; e asseguram-nos de que este Monumento Nacional do Sacra-

(Continua na pág. 2)

Plano Trienal: 3 anos só de construção, 3 anos só de subscrição: cada família abastada e cada pessoa independente e não pobre — mil escudos cada ano ou, pelo menos, mil escudos em 3 anos, por inteiro ou em prestações.

